## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, com o objetivo de prorrogar incentivos a produção de energia elétrica a partir de fontes alternativas na Região Norte.

O Congresso Nacional decreta:

,	Art. 1º O art. 26 o	da Lei nº 9.427,	de 26 de	dezembro	de 1996,	passa
a vigorar acresci	ido do parágrafo	seguinte:				

	"Art. 26
	§ 1°-K. O disposto nos §§ 1°-C, 1°-D, 1°-E e 1°-F deste
а	artigo não se aplicará aos empreendimentos situados na Região
N	Norte até o exercício de 2033.
Д	Art. 2º O <i>caput</i> do art. 26 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022,
passa a vigorar a	acrescido do seguinte inciso:
	"Art. 26
	III - que protocolarem solicitação de acesso na distribuidora
е	em até 60 (sessenta) meses contados da publicação desta Lei para
0	caso das unidades consumidoras participantes do SCEE situadas

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados | Anexo IV Gabinete 760 | - CEP: 70160-900 
Brasília-DF

......" (NR)

Tel (61) 3215-5760 | dep.amommandel@camara.leg.br



na Região Norte.

## **JUSTIFICAÇÃO**

No que se refere às fontes alternativas renováveis de produção de energia elétrica, a Região Norte está muito atrasada em relação ao restante do país.

Verificamos que a capacidade instalada em usinas que utilizam as fontes eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e centrais geradoras hidrelétricas (CGH) alcançam apenas 492 megawatts (MW) na Região Norte, enquanto no restante do Brasil o total chega a 43.909 MW. Portanto, apesar de sua grande extensão territorial e extraordinários recursos naturais, a região possui apenas 1,1% do total da capacidade nacional de geração a partir dessas fontes renováveis e sustentáveis. Registramos que, quanto às centrais eólicas, a potência total em nossos estados é igual a zero, de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)<sup>1</sup>.

Essa situação desfavorável repete-se em relação à micro e minigeração distribuída de energia elétrica (MMGD), que é realizada pelos próprios consumidores, como os residenciais e comerciais, por exemplo. Ainda de acordo com a Aneel, enquanto a capacidade instalada nacionalmente de MMGD alcança 23.403 MW, na Região Norte esse número corresponde a apenas 1.519 MW, isto é, somente 6.5% do total.

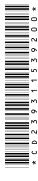
Ressaltamos que os principais incentivos que levaram à expansão da geração por intermédio das já referidas modalidades são os descontos nas tarifas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, para o caso da geração centralizada a partir das fontes incentivadas e, no caso da MMGD, a manutenção das regras aplicadas anteriormente à vigência da Lei nº 14.300/2022. Entretanto, devido ao grande sucesso obtido na maior parte do Brasil, esses mecanismos de fomento estão sendo encerrados, conforme previsto em lei. Trata-se de medida

r = eyJrljoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJIYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2liwidCl6ljQwZDZmOWl4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSlslmMiOjR9.



Tel (61) 3215-5760 | dep.amommandel@camara.leg.br





<sup>1</sup> Conforme o Sistema de Informações de Geração (Siga) da Aneel. Consultado em 30/08/2023 em https://app.powerbi.com/view?

correta para o caso dos locais em que os resultados desejáveis já foram alcançados.

Todavia, devemos adotar medidas diferentes para realidades diversas. Como demonstram os números anteriormente referidos, a instalação das modernas e sustentáveis fontes alternativas ainda está muito aquém do montante minimamente satisfatório na Região Norte, especialmente comparando-se com o restante do país. Isso se deve a inúmeras dificuldades, como, por exemplo, o desafio logístico presente na maior parte de nosso território.

Por outro lado, a região ainda possui grande número de sistemas isolados, que, em geral, utilizam combustíveis fósseis para a produção de eletricidade, como o óleo diesel. Isso prejudica o caráter renovável de nossa matriz energética nacional e aumenta significativamente o custo de geração, que, por sua vez, eleva a tarifa de todos os brasileiros, em razão da necessidade de repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Diante desse quadro, apresentamos este projeto de lei, que tem o objetivo de manter os mecanismos de incentivo à instalação de fontes alternativas por período adicional na Região Norte, de modo a atingir os mesmos resultados positivos já obtidos nas demais regiões, buscando-se o equilíbrio federativo e a modicidade tarifária.

Considerando ainda que esta proposta está em plena sintonia com o disposto no artigo 3º da Constituição Federal, que inclui entre objetivos fundamentais da República a redução das desigualdades regionais, solicitamos o apoio dos ilustres colegas parlamentares para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado AMOM MANDEL

2023-11743



Câmara dos Deputados | Anexo IV Gabinete 760 | - CEP: 70160-900 - Brasília-DF
Tel (61) 3215-5760 | dep.amommandel@camara.leg.br

